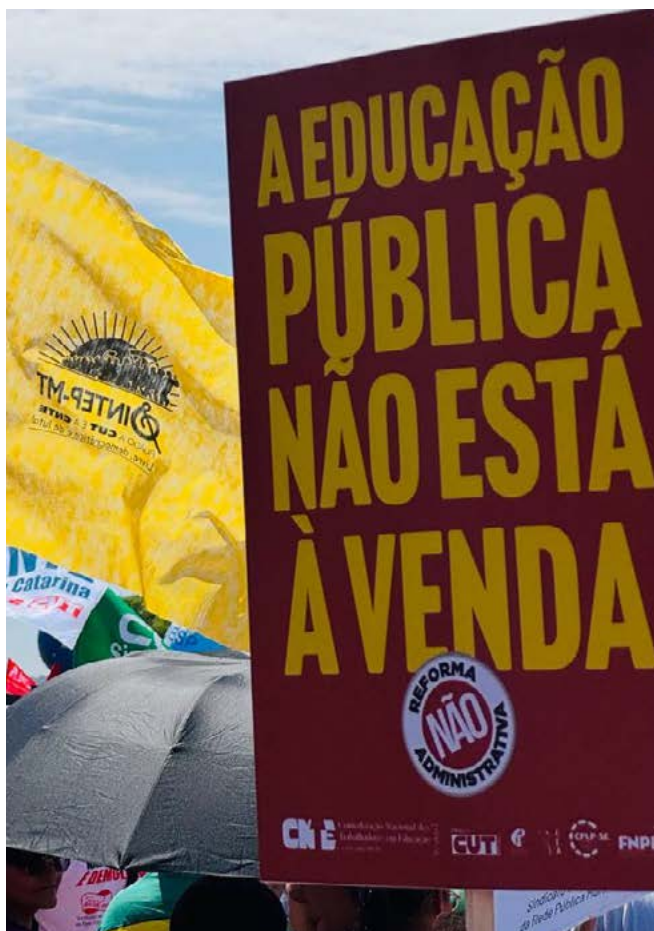


Educação em Alerta



@sintepmt

Jornal Sintep-MT - Edição - Setembro/Outubro de 2026



QUEM PAGA
O PREÇO DO
ARROCHO
SALARIAL?

「VOTO NÃO TEM PREÇO,
TEM CONSEQUÊNCIA」

EDITORIAL

Educação: um projeto em disputa

A educação pública na rede estadual de Mato Grosso não será possível sem a valorização dos profissionais que fazem a educação acontecer. Gratificação por resultado não significa valorização profissional, pois é um pagamento eventual, condicionado ao cumprimento de metas, que não se incorpora ao salário, à carreira nem à aposentadoria. A verdadeira valorização exige política salarial permanente, recomposição das perdas, ganho real e fortalecimento da carreira.

Ao longo dos oito anos da gestão Mauro Mendes e Otaviano Pivetta, a realidade vivenciada pelos trabalhadores da educação contrasta com a imagem apresentada pelas propagandas oficiais. Enquanto o governo divulga avanços, os profissionais enfrentam perdas salariais que chegam a 32,57%, com redução do poder de compra e en-

fraquecimento de suas carreiras.

Os ajustes financeiros realizados provocaram perdas salariais que empobreceram os trabalhadores da educação, ativos e, de maneira ainda mais preocupante, aposentados. O desrespeito às legislações, incluindo a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação estadual comprometeu a carreira na rede estadual.

Diante desse cenário, o Sintep-MT apresenta como proposta a correção imediata da inflação acumulada de 18,38%, além da abertura de negociações para a recuperação do poder de compra dos salários. Dos 32,57% de defasagem salarial apontados, 18,38% correspondem à ausência da concessão integral da Revisão Geral Anual (RGA) entre 2019 e 2021. Os 14,19% restantes deverão ser acrescidos aos reajustes anuais do Piso Nacional do Magistério nos próximos



quatro anos, assegurando-se, no mínimo, a aplicação integral do piso para a jornada de 30 horas semanais.

Se quisermos transformar a educação pública em Mato Grosso, precisamos reconhecer não haverá transformação efetiva sem a valorização daqueles que constroem diariamente a educação pública. Por isso, escolher um projeto comprometido com essa transformação também é uma decisão política, e essa escolha passa pelo seu voto na urna. Voto não tem preço. Tem consequência!

GESTÃO MAURO MENDES/PIVETTA RETIRA R\$ 1.260,51 DO PISO DOS EDUCADORES EM MT

O salário inicial dos profissionais da educação de Mato Grosso está R\$ 1.260,51 abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério. A diferença é constatada em estudos do Sintep-MT apresentados à categoria, que apontam os impactos das medidas implantadas pelo governo estadual ao longo do período de 2019 a 2026.

Em 2022, após quatro anos de governo, ocorreu um fato inédito: pela primeira vez o valor praticado no estado ficou abaixo do Piso Salarial Nacional do Magistério, desde a sua instituição pela Lei nº 11.738/2008.

A soma de perdas na recomposição

da LC 510/2013, no repasse - parcial ou nulo - da Revisão Salarial Anual (RGA) de 2018 a 2022, mais as alterações nas leis de carreira (piso não aplicado ao nível médio e jornada alterada de 30 para 40 horas), levaram à defasagem.

Em 2022, a diferença entre o salário inicial praticado em Mato Grosso e o Piso Nacional era de R\$ 680. Ao

longo dos quatro anos seguintes, a defasagem aumentou para R\$ 1.260,51. Em 2026, o salário inicial praticado no estado é de R\$ 3.870,14, necessitando 32,57% de reajuste para equiparar ao Piso Nacional está em R\$ 5.130,63.

GESTÃO MAURO MENDES/PIVETTA MANTÉM SALÁRIO INICIAL DOS EDUCADORES R\$ 1.260,51 ABAIXO DO PISO NACIONAL			
Ano	Piso Nacional	Piso Estadual	Diferença
2026	R\$ 5.130,63	R\$ 3.870,12	R\$ 1.260,51

*Correção necessária de 32,57% para equiparar ao piso Nacional

PERDAS SALARIAIS DOS EDUCADORES MT				
2022	R\$ 3.845,63	R\$ 3.164,76	-R\$	680,87
2023	R\$ 4.420,36	R\$ 3.348,00	-R\$	1.072,36
2024	R\$ 4.580,57	R\$ 3.502,68	-R\$	1.077,89
2025	R\$ 4.867,77	R\$ 3.671,86	-R\$	1.195,91
2026	R\$ 5.130,63	R\$ 3.870,12	-R\$	1.260,51

PERDAS DA RGA SUBTRAEM 18,38% DE REPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS



Para que o salário inicial dos educadores da rede estadual de Mato Grosso alcance o Piso Nacional do Magistério, seria necessário um reajuste de 32,57%. Desse percentual, 18,38% correspondem às perdas decorrentes da ausência da concessão integral da Revisão Geral Anual (RGA) entre 2019 e 2021. Os cálculos apresentados pelo Sintep-MT apontam atualmente uma diferença mensal de R\$ 711,33 no salário inicial da carreira. Ao longo de um ano, essa perda representa, em média, R\$ 9.482,05.

No caso das professoras e dos professores, considerando também o terço constitucional relativo aos 45 dias de

férias, as perdas anuais no salário inicial da carreira chegam a R\$ 9.602,97. Atualmente, o salário inicial da carreira, cuja jornada é de 30 horas semanais, corresponde a R\$ 3.870,12. Com a recomposição das perdas de 18,38% relativas à RGA, esse valor chegaria a R\$ 4.581,47, permanecendo abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional de R\$ 5.130,63. Para o Sintep-MT, o piso deve ser aplicado integralmente à carreira estadual de 30 horas, conforme sua estrutura e legislação próprias, sem a ampliação da jornada para 40 horas.

A Gratificação por Resultados (GR) não representa valorização profissional, pois constitui uma bonificação

condicionada ao cumprimento de metas e não promove a recomposição permanente dos salários nem o fortalecimento da carreira. A valorização efetiva exige reajuste incorporado ao subsídio, recuperação das perdas salariais e preservação da jornada de 30 horas semanais.

A política de Gratificação por Resultados (GR) não representa valorização profissional, pois se trata de uma bonificação condicionada ao cumprimento de metas, sem promover a recomposição permanente dos salários ou o fortalecimento da carreira. Além disso, pode acentuar a perda do poder de compra e ampliar a defasagem salarial dos profissionais da educação.



Impacto das perdas salariais de 18,38% com a ausência da RGA integral

ESTRUTURA DA CARREIRA NAS TABELAS SALARIAIS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE MATO GROSSO - 30 HORAS SEMANAIS- LC 50/98

TABELAS SALARIAIS DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO – 2026					
--	--	--	--	--	--

Tabela de Salarial de Carga Horaria de 30H					
Nível	A	B	C	D	E
001	R\$ 3.870,12	R\$ 5.805,14	R\$ 6.579,14	R\$ 7.825,33	R\$ 8.901,21
002	R\$ 4.024,89	R\$ 6.037,39	R\$ 6.842,34	R\$ 8.138,37	R\$ 9.257,30
003	R\$ 4.199,06	R\$ 6.298,56	R\$ 7.138,44	R\$ 8.490,49	R\$ 9.657,81
004	R\$ 4.392,55	R\$ 6.588,84	R\$ 7.467,36	R\$ 8.881,77	R\$ 10.102,90
005	R\$ 4.605,40	R\$ 6.908,12	R\$ 7.829,21	R\$ 9.312,14	R\$ 10.592,45
006	R\$ 4.837,61	R\$ 7.256,44	R\$ 8.223,92	R\$ 9.781,66	R\$ 11.126,54
007	R\$ 5.108,52	R\$ 7.662,81	R\$ 8.684,48	R\$ 10.329,44	R\$ 11.749,64
008	R\$ 5.456,81	R\$ 8.185,23	R\$ 9.276,62	R\$ 11.033,71	R\$ 12.550,73
009	R\$ 5.805,14	R\$ 8.707,71	R\$ 9.868,74	R\$ 11.737,97	R\$ 13.351,84
010	R\$ 5.921,22	R\$ 8.881,88	R\$ 10.066,11	R\$ 11.972,74	R\$ 13.618,86
011	R\$ 6.037,36	R\$ 9.056,04	R\$ 10.263,46	R\$ 12.207,48	R\$ 13.885,91
012	R\$ 6.153,44	R\$ 9.230,18	R\$ 10.460,81	R\$ 12.442,24	R\$ 14.152,90

Tabela de Salarial de Carga Horaria de 30H				
Nível	A	B	C	D
001	R\$ 3.870,12	R\$ 5.805,14	R\$ 6.579,14	R\$ 7.825,33
002	R\$ 4.024,89	R\$ 6.037,39	R\$ 6.842,34	R\$ 8.138,37
003	R\$ 4.199,06	R\$ 6.298,56	R\$ 7.138,44	R\$ 8.490,49
004	R\$ 4.392,55	R\$ 6.588,84	R\$ 7.467,36	R\$ 8.881,77
005	R\$ 4.605,40	R\$ 6.908,12	R\$ 7.829,21	R\$ 9.312,14
006	R\$ 4.837,61	R\$ 7.256,44	R\$ 8.223,92	R\$ 9.781,66
007	R\$ 5.108,52	R\$ 7.662,81	R\$ 8.684,48	R\$ 10.329,44
008	R\$ 5.456,81	R\$ 8.185,23	R\$ 9.276,62	R\$ 11.033,71
009	R\$ 5.805,14	R\$ 8.707,71	R\$ 9.868,74	R\$ 11.737,97
010	R\$ 5.921,22	R\$ 8.881,88	R\$ 10.066,11	R\$ 11.972,74
011	R\$ 6.037,36	R\$ 9.056,04	R\$ 10.263,46	R\$ 12.207,48
012	R\$ 6.153,44	R\$ 9.230,18	R\$ 10.460,81	R\$ 12.442,24

Tabela de Salarial de Carga Horaria de 30H		
Nível	A	B
001	R\$ 3.096,03	R\$ 3.870,00
002	R\$ 3.219,89	R\$ 4.024,85
003	R\$ 3.359,16	R\$ 4.198,95
004	R\$ 3.514,00	R\$ 4.392,48
005	R\$ 3.684,24	R\$ 4.605,38
006	R\$ 3.870,00	R\$ 4.837,51
007	R\$ 4.086,74	R\$ 5.108,49
008	R\$ 4.365,43	R\$ 5.456,68
009	R\$ 4.644,04	R\$ 5.805,08
010	R\$ 4.736,94	R\$ 5.921,15
011	R\$ 4.829,79	R\$ 6.037,20
012	R\$ 4.922,69	R\$ 6.153,36

Tabela de Salarial de Carga Horaria de 30H		
Nível	A	B
001	R\$ 1.861,16	R\$ 2.326,39
002	R\$ 1.935,60	R\$ 2.419,47
003	R\$ 2.019,27	R\$ 2.524,11
004	R\$ 2.112,40	R\$ 2.640,53
005	R\$ 2.214,77	R\$ 2.768,45
006	R\$ 2.326,38	R\$ 2.907,98
007	R\$ 2.456,63	R\$ 3.070,81
008	R\$ 2.624,19	R\$ 3.280,25
009	R\$ 2.791,69	R\$ 3.489,65
010	R\$ 2.847,52	R\$ 3.559,42
011	R\$ 2.903,37	R\$ 3.629,20
012	R\$ 2.959,18	R\$ 3.699,00

PERDA MENSAL SEM A CORREÇÃO INTEGRAL DA INFLAÇÃO					
---	--	--	--	--	--

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						
Classe	Coeficiente	A= Ens.Medio	B=Graduado	C= Especialista	D= Mestre	E=Doutor
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 711,33	R\$ 1.067,00	R\$ 1.209,26	R\$ 1.438,31	R\$ 1.636,06
2	1,04	R\$ 739,78	R\$ 1.109,68	R\$ 1.257,63	R\$ 1.495,84	R\$ 1.701,50
3	1,09	R\$ 771,79	R\$ 1.157,69	R\$ 1.312,05	R\$ 1.560,57	R\$ 1.775,13
4	1,14	R\$ 807,36	R\$ 1.211,04	R\$ 1.372,51	R\$ 1.632,48	R\$ 1.856,93
5	1,19	R\$ 846,48	R\$ 1.269,73	R\$ 1.439,02	R\$ 1.711,59	R\$ 1.946,91
6	1,25	R\$ 889,16	R\$ 1.333,75	R\$ 1.511,58	R\$ 1.797,89	R\$ 2.045,08
7	1,32	R\$ 938,96	R\$ 1.408,44	R\$ 1.596,23	R\$ 1.898,57	R\$ 2.159,60
8	1,41	R\$ 1.002,98	R\$ 1.504,47	R\$ 1.705,06	R\$ 2.028,02	R\$ 2.306,85
9	1,50	R\$ 1.067,00	R\$ 1.600,50	R\$ 1.813,89	R\$ 2.157,47	R\$ 2.454,09
10	1,53	R\$ 1.088,34	R\$ 1.632,51	R\$ 1.850,17	R\$ 2.200,62	R\$ 2.503,17
11	1,56	R\$ 1.109,68	R\$ 1.664,52	R\$ 1.886,45	R\$ 2.243,77	R\$ 2.552,26
12	1,59	R\$ 1.131,02	R\$ 1.696,52	R\$ 1.922,73	R\$ 2.286,92	R\$ 2.601,34

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO					
Classe	Coeficiente	A= Ens.Medio	B=Graduado	C= Especialista	D= Mestre
		1	1,5	1,7	2,022
		Subsidio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 711,33	R\$ 1.067,00	R\$ 1.209,26	R\$ 1.438,31
2	1,04	R\$ 739,78	R\$ 1.109,68	R\$ 1.257,63	R\$ 1.495,84
3	1,09	R\$ 771,79	R\$ 1.157,69	R\$ 1.312,05	R\$ 1.560,57
4	1,14	R\$ 807,36	R\$ 1.211,04	R\$ 1.372,51	R\$ 1.632,48
5	1,19	R\$ 846,48	R\$ 1.269,73	R\$ 1.439,02	R\$ 1.711,59
6	1,25	R\$ 889,16	R\$ 1.333,75	R\$ 1.511,58	R\$ 1.797,89
7	1,32	R\$ 938,96	R\$ 1.408,44	R\$ 1.596,23	R\$ 1.898,57
8	1,41	R\$ 1.002,98	R\$ 1.504,47	R\$ 1.705,06	R\$ 2.028,02
9	1,50	R\$ 1.067,00	R\$ 1.600,50	R\$ 1.813,89	R\$ 2.157,47
10	1,53	R\$ 1.088,34	R\$ 1.632,51	R\$ 1.850,17	R\$ 2.200,62
11	1,56	R\$ 1.109,68	R\$ 1.664,52	R\$ 1.886,45	R\$ 2.243,77
12	1,59	R\$ 1.131,02	R\$ 1.696,52	R\$ 1.922,73	R\$ 2.286,92

APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO			
Classe	Coeficiente	A= Ens Fund	B= Ens. Médio
		1	1,25
		Subsídio	Subsidio
1	1,00	R\$ 569,06	R\$ 711,33
2	1,04	R\$ 591,83	R\$ 739,78
3	1,09	R\$ 617,44	R\$ 771,79
4	1,14	R\$ 645,89	R\$ 807,36
5	1,19	R\$ 677,19	R\$ 846,48
6	1,25	R\$ 711,33	R\$ 889,16
7	1,32	R\$ 751,17	R\$ 938,96
8	1,41	R\$ 802,38	R\$ 1.002,98
9	1,50	R\$ 853,60	R\$ 1.067,00
10	1,53	R\$ 870,67	R\$ 1.088,34
11	1,56	R\$ 887,74	R\$ 1.109,68
12	1,59	R\$ 904,81	R\$ 1.131,02

APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO			
Classe	Coeficiente	A= Ens Fund	B= Ens. Médio
		1	1,25
		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 341,44	R\$ 426,80
2	1,04	R\$ 355,10	R\$ 443,87
3	1,09	R\$ 370,46	R\$ 463,08
4	1,14	R\$ 387,53	R\$ 484,42
5	1,19	R\$ 406,31	R\$ 507,89
6	1,25	R\$ 426,80	R\$ 533,50
7	1,32	R\$ 450,70	R\$ 563,37
8	1,41	R\$ 481,43	R\$ 601,79
9	1,50	R\$ 512,16	R\$ 640,20
10	1,53	R\$ 522,40	R\$ 653,00
11	1,56	R\$ 532,64	R\$ 665,81
12	1,59	R\$ 542,89	R\$ 678,61

PERDA ANUAL SEM A CORREÇÃO INTEGRAL DA INFLAÇÃO					
--	--	--	--	--	--

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						
Classe	Coeficiente	A= Ens.Medio	B=Graduado	C= Especialista	D= Mestre	E=Doutor
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 9.602,97	R\$ 14.404,46	R\$ 16.325,05	R\$ 19.417,21	R\$ 22.086,83
2	1,04	R\$ 9.987,09	R\$ 14.980,64	R\$ 16.978,05	R\$ 20.193,90	R\$ 22.970,31
3	1,09	R\$ 10.419,22	R\$ 15.628,84	R\$ 17.712,68	R\$ 21.067,67	R\$ 23.964,22
4	1,14	R\$ 10.899,37	R\$ 16.349,06	R\$ 18.528,93	R\$ 22.038,53	R\$ 25.068,56
5	1,19	R\$ 11.427,54	R\$ 17.141,30	R\$ 19.426,81	R\$ 23.106,48	R\$ 26.283,33
6	1,25	R\$ 12.003,71	R\$ 18.005,57	R\$ 20.406,31	R\$ 24.271,51	R\$ 27.608,54
7	1,32	R\$ 12.675,92	R\$ 19.013,88	R\$ 21.549,07	R\$ 25.630,72	R\$ 29.154,62
8	1,41	R\$ 13.540,19	R\$ 20.310,28	R\$ 23.018,32	R\$ 27.378,26	R\$ 31.142,44
9	1,50	R\$ 14.404,46	R\$ 21.606,69	R\$ 24.487,58	R\$ 29.125,81	R\$ 33.130,25
10	1,53	R\$ 14.692,55	R\$ 22.038,82	R\$ 24.977,33	R\$ 29.708,33	R\$ 33.792,86
11	1,56	R\$ 14.980,64	R\$ 22.470,95	R\$ 25.467,08	R\$ 30.290,85	R\$ 34.455,46
12	1,59	R\$ 15.268,72	R\$ 22.903,09	R\$ 25.956,83	R\$ 30.873,36	R\$ 35.118,07

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO					
Classe	Coeficien te	A= Ens.Medio	B=Graduado	C= Especialista	D= Mestre
		1	1,5	1,7	2,022
		Subsídio	Subsídio	Subsidio	Subsídio
1	1,00	R\$ 9.482,05	R\$ 14.223,07	R\$ 16.119,48	R\$ 19.172,70
2	1,04	R\$ 9.861,33	R\$ 14.791,99	R\$ 16.764,26	R\$ 19.939,60
3	1,09	R\$ 10.288,02	R\$ 15.432,03	R\$ 17.489,63	R\$ 20.802,37
4	1,14	R\$ 10.762,12	R\$ 16.143,18	R\$ 18.295,61	R\$ 21.761,01
5	1,19	R\$ 11.283,63	R\$ 16.925,45	R\$ 19.182,18	R\$ 22.815,51
6	1,25	R\$ 11.852,56	R\$ 17.778,83	R\$ 20.149,35	R\$ 23.965,87
7	1,32	R\$ 12.516,30	R\$ 18.774,45	R\$ 21.277,71	R\$ 25.307,96
8	1,41	R\$ 13.369,68	R\$ 20.054,53	R\$ 22.728,46	R\$ 27.033,50
9	1,50	R\$ 14.223,07	R\$ 21.334,60	R\$ 24.179,22	R\$ 28.759,04
10	1,53	R\$ 14.507,53	R\$ 21.761,29	R\$ 24.662,80	R\$ 29.334,22
11	1,56	R\$ 14.791,99	R\$ 22.187,99	R\$ 25.146,38	R\$ 29.909,40
12	1,59	R\$ 15.076,45	R\$ 22.614,68	R\$ 25.629,97	R\$ 30.484,59

APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO			
Classe	Coeficiente	A= Ens Fund	B= Ens. Médio
		1	1,25
		Subsidio	Subsídio
1	1,00	R\$ 7.585,64	R\$ 9.482,05
2	1,04	R\$ 7.889,06	R\$ 9.861,33
3	1,09	R\$ 8.230,42	R\$ 10.288,02
4	1,14	R\$ 8.609,70	R\$ 10.762,12
5	1,19	R\$ 9.026,91	R\$ 11.283,63
6	1,25	R\$ 9.482,05	R\$ 11.852,56
7	1,32	R\$ 10.013,04	R\$ 12.516,30
8	1,41	R\$ 10.695,75	R\$ 13.369,68
9	1,50	R\$ 11.378,45	R\$ 14.223,07
10	1,53	R\$ 11.606,02	R\$ 14.507,53
11	1,56	R\$ 11.833,59	R\$ 14.791,99
12	1,59	R\$ 12.061,16	R\$ 15.076,45

APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO			
Classe Nível	Coeficiente	A= Ens Fund	B= Ens. Médio
		1	1,25
		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 4.551,38	R\$ 5.689,23
2	1,04	R\$ 4.733,44	R\$ 5.916,80
3	1,09	R\$ 4.938,25	R\$ 6.172,81
4	1,14	R\$ 5.165,82	R\$ 6.457,27
5	1,19	R\$ 5.416,14	R\$ 6.770,18
6	1,25	R\$ 5.689,23	R\$ 7.111,53
7	1,32	R\$ 6.007,82	R\$ 7.509,78
8	1,41	R\$ 6.417,45	R\$ 8.021,81
9	1,50	R\$ 6.827,07	R\$ 8.533,84
10	1,53	R\$ 6.963,61	R\$ 8.704,52
11	1,56	R\$ 7.100,16	R\$ 8.875,19
12	1,59	R\$ 7.236,70	R\$ 9.045,87

Em oito anos, governo de MT empobreceu os aposentados da Educação

As perdas salariais dos aposentados e das aposentadas da educação estadual foram agravadas, a partir de 2020, pela cobrança da contribuição previdenciária de 14%, instituída pela Reforma da Previdência do governo Mauro Mendes. A medida passou a comprometer ainda mais a renda desses profissionais, levando muitos deles a buscar alternativas de sobrevivência e submetendo outros a um processo crescente de empobrecimento.

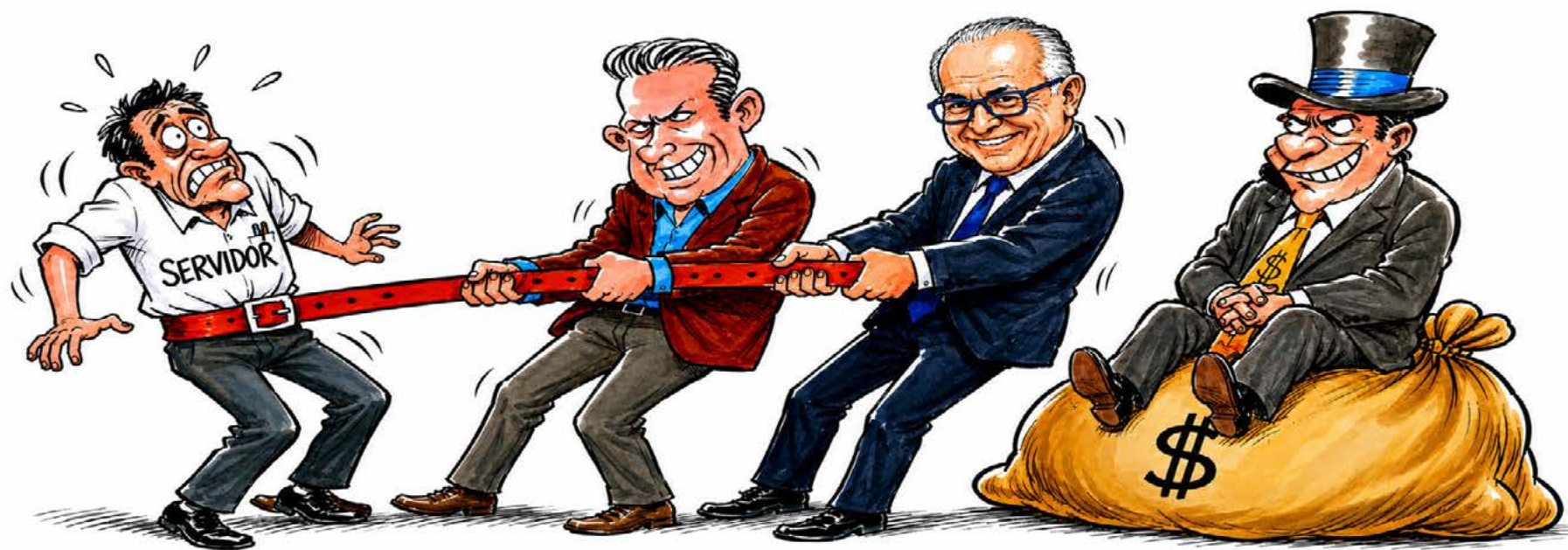
A redução da renda ocorre justamente em uma fase da vida na qual

aumentam as despesas, especialmente com saúde, alimentação e manutenção da casa. Com menos recursos disponíveis, planos e projetos para a aposentadoria, como viajar e desfrutar a vida com mais tranquilidade, também ficam comprometidos.

Segundo relatos recebidos pelo Sintep-MT, parte dos aposentados precisou

recorrer a empréstimos consignados para complementar a renda e custear despesas básicas. Outros, diante da necessidade financeira, buscaram fontes de renda extra ou retornaram ao mercado de trabalho para compensar a redução dos rendimentos.

Para o Sintep-MT, a cobrança representa um retrocesso, pois penaliza as condições de sobrevivência dos aposentados e das aposentadas que contribuíram durante décadas para a educação pública de Mato Grosso. Na avaliação da entidade, a redução da renda atinge profissionais que dedicaram a vida à educação e esperavam usufruir uma aposentadoria digna.



MEDIDAS DA GESTÃO ESTADUAL DE MT ENTRE 2019 E 2026 ENFRAQUECERAM A CARREIRA DA EDUCAÇÃO

- Congelou os salários em 2019 e 2020;
- Interrompeu, em 2019, a política de valorização estabelecida pela Lei de Carreira nº 050/1998;
- Descumprir a legislação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério;
- Provocou, em 2020, a declaração de inconstitucionalidade da Lei da Dobra do Poder de Compra (LC nº 510/2013);
- Alterou a jornada da carreira, de 30 para 40 horas semanais;
- Comprometeu a recomposição das perdas inflacionárias por meio da Revisão Geral Anual (RGA);
- Impôs contribuição previdenciária de 14% aos aposentados;
- Reduziu a duração da hora-aula de 60 para 50 minutos, ampliando o número de aulas semanais atribuídas aos professores;
- Deixou de ofertar o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica (Profucionário) para os funcionários de escola;
- Suspendeu a realização de concursos públicos para os cargos da carreira dos profissionais da educação;
- Implementou a Gratificação por Resultado, vinculada ao desempenho, como forma de bonificação aos profissionais da educação;
- Ampliou o número de contratos temporários na educação pública, que atualmente representam cerca de 60% do quadro;
- Extinguiu cargos e funções da carreira dos profissionais da educação da rede estadual de Mato Grosso, como AAE/Vigias e TAE/Multimeios Didáticos;
- Restringiu mecanismos da Gestão Democrática da educação pública;
- Ampliou a militarização da educação na rede estadual;
- Fechou mais de 100 escolas da rede estadual
- Redimensionou turmas em desacordo com critérios constitucionais e legais.

Funcionários de escola resistem ao desmonte da carreira

A carreira dos funcionários das escolas estaduais foi impactada pelas políticas adotadas pela gestão Mauro Mendes/Otaviano Pivetta. Os vigias foram substituídos por câmeras de videomonitoramento, enquanto foram reduzidas as vagas destinadas a merendeiras, profissionais da limpeza e técnicos escolares. Como consequência direta, houve aumento das cobranças e da sobrecarga de trabalho. A função de multimeios didáticos também foi eliminada das unidades escolares.

Essas medidas foram implementadas por meio de portarias e outros atos normativos e agravadas pelo descumprimento de dispositivos da Lei Complementar nº 50/1998, que dispõe sobre a carreira dos profissionais da educação básica de Mato Grosso. O governo deixou de realizar concursos



públicos em quantidade suficiente para atender à demanda real do segmento de funcionários de escola. Com isso, os contratos temporários já representam mais de 50% do quadro de trabalhadores das escolas estaduais. Além disso, o governo deixou de ofertar formação profissional específica por meio do Profucionário.

Para o Sintep-MT, a valorização dos profissionais da educação exige a retomada dos concursos públicos para todos os cargos e funções da carreira, a recomposição dos quadros, a oferta de formação profissional específica e a garantia da carreira unificada, reconhecendo esses trabalhadores como parte essencial da educação pública.

Nunca faltaram recursos, afirma Sintep-MT



A recomposição dos salários dos profissionais da educação de Mato Grosso nunca foi, na avaliação do Sintep-MT, um problema de falta de recursos por parte do governo estadual. O argumento da entidade se baseia na previsão apresentada no PLDO de R\$ 13,9 bilhões em renúncia fiscal para 2027. O montante equivale, segundo o sindicato, à soma dos orçamentos da Educação, Saúde e Segurança previstos em 2026. Nunca foi falta de recursos, afirma Sintep-MT.

Segundo a direção sindical, as renúncias fiscais correspondem a cerca de um terço dos R\$ 42,1 bilhões previstos no orçamento estadual para o próximo ano. Na avaliação do Sintep-MT, é incoerente que um Estado que alega dificuldades financeiras para assegurar políticas sociais abra mão de uma parcela significativa da arrecadação de impostos.

“Esse é o dinheiro que falta para acabar com o déficit da Previdência estadual e que tem sido cobrado dos

aposentados, por meio do confisco. É também o que falta para garantir a RGA aos servidores e representa a opção por precarizar salários por meio de contratos de trabalho, além da falta de policiais nas ruas, de medicamentos e de profissionais valorizados na saúde”, destaca a presidente do Sintep-MT, Maria Celma Oliveira.

O cenário, segundo a entidade, revela uma contradição entre o crescimento econômico do Estado e as condições oferecidas aos trabalhadores e à educação pública. A destinação dos recursos está ainda na política de militarização da educação que traz para a folha de pagamento policiais aposentados ou ativos, que já são remunerados pela Segurança Pública, mas recebem vencimentos com valores superiores aos recebidos pelos educadores.

O Sintep-MT defende que o crescimento da arrecadação e da riqueza produzida em Mato Grosso sejam acompanhados pela ampliação dos investimentos públicos, pela valorização dos trabalhadores da educação e pela garantia de serviços públicos de qualidade.

VALORIZAÇÃO É O CAMINHO

Melhorar a educação pública na rede estadual de Mato Grosso não será possível sem a valorização dos profissionais que fazem a educação acontecer. Ao longo dos oito anos da gestão Mauro Mendes e Otaviano Pivetta, a política adotada pelo governo atacou os trabalhadores da educação e revela o contraste das propagandas oficiais. Enquanto o governo divulga avanços, os profissionais enfrentam perdas salariais, redução do poder de compra e o enfraquecimento de suas carreiras.

Os chamados ajustes financeiros

provocaram perdas salariais que empobreceram os trabalhadores da educação, ativos e, de maneira ainda mais preocupante, aposentados. O desrespeito à legislação, entre elas a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Pública (Lopeb) comprometeu a carreira.

Diante do atual cenário, o Sintep-MT propõe a recomposição imediata das perdas acumuladas de 18,38%, decorrentes da não concessão integral da RGA, além da abertura de negociações para recuperar o poder de compra dos salários. Dos 32,57% de reajuste necessários para que o

salário inicial alcance o Piso Nacional, restariam 14,19%, que deverão ser acrescidos aos reajustes anuais do piso nos próximos quatro anos, assegurando-se, no mínimo, sua aplicação integral à carreira estadual de 30 horas semanais.

Valorizar os profissionais da educação é um investimento indispensável na qualidade do ensino público. Se o objetivo é construir uma educação pública de qualidade em Mato Grosso, o primeiro passo é reconhecer que não existe transformação na escola sem a valorização daqueles que, todos os dias, fazem a educação acontecer.